



MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

**PARFIP II**

**Reforma da Gestão das Finanças Públicas**

**Relatório do 3º Trimestre de 2022**

**GARFIP**

**Outubro de 2022**



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

## **Relatório Trimestral das Reformas**

**(Julho, Agosto e Setembro)**

**T3-2022**

**PARFIP II**

**Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II**

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

São Tomé, Outubro de 2022

## ÍNDICE

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO EXECUTIVO</b>	<b>7</b>
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 3º Trimestre do Ano 2022</b>	<b>13</b>
<b>PO. B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas</b>	<b>14</b>
<i>B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP</i>	14
<i>B.4. Formação para a implementação das reformas</i>	14
<i>B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II</i>	15
<b>PO.1 – Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas</b>	<b>16</b>
<i>1.1 Processo de elaboração do orçamento melhorado</i>	16
<i>1.2 Previsões macro-fiscais sólidas</i>	20
<i>1.3 QDMP Global</i>	22
<b>PO.2 Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita</b>	<b>23</b>
<i>2.1 Modelo de gestão com base em resultados</i>	23
<i>2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA</i>	25
<i>2.3 Melhoria da Gestão da Receita</i>	27
<i>2.4 Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)</i>	28
<i>2.6 Auditoria Eficaz</i>	28
<i>2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados</i>	30
<b>PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria</b>	<b>32</b>
<i>3.1 Modernização da Gestão da dívida pública</i>	32
<i>3.2 Gestão de Tesouraria</i>	34
<b>PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas</b>	<b>36</b>
<i>4.1 Governança Reforçada das EP's</i>	36
<i>4.2 Governança e Monitoria das Entidades Extra-Orçamentais</i>	38
<b>PO.5 - Optimização da gestão do Investimento</b>	<b>39</b>
<i>5.1 Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado</i>	39
<i>5.2 Qualidade dos projetos de investimento melhorada</i>	40
<i>5.3 Sistema de M&amp;A funcional</i>	42
<i>5.4 Alocação de Recursos optimizada</i>	42
<i>5.5 Quadro Global da APD melhorado</i>	42
<b>PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna</b>	<b>44</b>
<i>6.1 Melhoria do mecanismo de controlos internos</i>	44

6.2 Controlo de despesas salariais eficiente _____	45
6.3 Gestão do pessoal melhorada _____	46
6.5 Sistema de informação da administração pública funcional _____	46
6.6 Abrangência da auditoria interna alargada _____	47
6.7 Sistema de Aquisições e Património melhorado _____	48
6.8 Sistemas de informação funcionais _____	53
<b>PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais _____)</b>	<b>55</b>
7.1 Melhoria de informação e aumento da cobertura do SAFE-e _____	55
7.2 Melhoria da qualidade da informação produzida _____	56
7.3 Produção atempada de Relatórios _____	57
<b>PO.8 – Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa _____</b>	<b>58</b>
8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada _____	58
8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais _____	59
8.3 Cobertura da auditoria aumentada _____	60
8.4 Capacidade de escrutínio da AN reforçada _____	61
<b>III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T3 de 2022 _____</b>	<b>63</b>
<b>IV. Próximos passos _____</b>	<b>66</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
AN	Assembleia Nacional
APD	Ajuda Pública de Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio-Prazo
CGE	Conta Geral de Estado
CIVA	Código do IVA
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Direcção Administrativa Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DPE	Direcção do Património do Estado
DT	Direcção de Tesouro
DUE	Delegação da União da Europeia
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
EP's	Empresas Públicas
ERGFP	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas

GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MPFEA	Ministério do Planeamento das Finanças e Economia Azul
OCAM	Plano de Contas
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Organização Mundial das Alfândegas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSG	Orçamento Sensível ao Género
OTOCA	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditoria
PAGEF	Projecto de Apoio a Gestão Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas em STP II
PEFA	Despesas Publicas e Responsabilidade Financeira
PIM	Plano de reforço de capacidade na metodologia de investimento Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
QDS	Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial
QIR	Quadro Integrado Reforçado
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado – electrónico
SIGESA	Software/Sistema de Processamento de Salário
SNIP	Sistema Nacional de Investimento Público
STP	São Tomé e Príncipe
SYDONIA	Sistema de Gestão Aduaneira
TC	Tribunal de Contas
TOFE	Tabela de Operações Financeiras do Estado
UE	União Europeia
UMF	Unidade Macro-Fiscal

## RESUMO EXECUTIVO

### **Contexto Económico e Financeiro**

Durante o terceiro trimestre de 2022, São Tomé e Príncipe manteve uma certa estabilidade macroeconómica, apesar de muitos desafios. A pandemia da Covid-19 agravou as vulnerabilidades socioeconómicas de longo prazo, que pioraram com a persistente escassez de energia e os danos causados pelas inundações no final de 2021. O crescimento diminuiu em 2021, por causa dos cortes de energia, enquanto que a expansão direcionada aos programas de transferências monetárias e o apoio alimentar proporcionou um certo alívio aos mais vulneráveis. Os financiamentos, por meio de donativos, continuam a ser essenciais para atenuar o impacto da pandemia. A vacinação está a avançar, embora as novas variantes da Covid-19 representem riscos de prolongamento do impacto da pandemia e exijam medidas renovadas para atenuá-los. A guerra na Ucrânia e perturbações prolongadas das cadeias de abastecimento mundiais continuam a levar à escassez de bens de consumo intermédio e final, ao abrandamento do crescimento e a aumentos de preços.

Os dados recolhidos na cidade de São Tomé pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que a taxa de inflação acumulada anual atingiu os 14,3%, o que representa um aumento de 2,8 pontos percentuais face ao mês de Julho de 2022.

A curto prazo, os atrasos na introdução do IVA limitam ainda mais as receitas, enquanto os subsídios implícitos, num contexto de aumento dos preços internacionais dos combustíveis, representam riscos orçamentais para as empresas públicas de energia. Persistem as pressões de despesas decorrentes das inundações, das necessidades sociais, do desenvolvimento e outras relacionadas com a Pandemia do Covid-19. Paralelamente, os desafios ligados à falta de capacidade técnica são agravados pela pandemia e pelo trabalho remoto e criam barreiras adicionais aos esforços de reforma e acentuam a necessidade de assistência técnica (AT).

O desempenho da GFP abrange a gestão financeira pública no quadro de três resultados fiscais e orçamentais do governo que são: a realização de disciplina fiscal agregada, a alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços públicos. Após a avaliação PEFA 2019, que identificou os principais pontos fortes e fracos da GFP, foi desenvolvida uma estratégia de reformas (ERGFP) a ser implementada no período de 4 anos (2020-2023), através do Plano de Ação para a Reforma das Finanças Públicas (PARFIP II).

A implementação sustentada de reformas estruturais é fundamental para a melhoria da GFP no País. Apesar dos avanços realizados nesta área, esforços adicionais são necessários para colmatar o défice infraestrutural, melhorar o capital humano, aprofundar a intermediação financeira, liquidar os atrasados internos, reformar o setor energético e melhorar a eficiência energética, melhorar a governação das empresas públicas e apoiar programas de transferência social específicos contribuiriam para um crescimento inclusivo.

## **Implementação das Reformas GFP**

As acções do Plano de Actividades do PARFIP II para o 3º trimestre de 2022, foram implementadas a um ritmo mais lento, em relação ao trimestre anterior, devido à realização das eleições legislativas e autárquicas.

Os avanços das actividades, no trimestre 3 de 2022, visando a melhoria dos indicadores do PEFA, almejando um melhor desempenho da GFP em STP, são resumidos no quadro seguinte e estruturados por programa operacional (PO):

<b>Conforme previsto</b>	<b>Atraso</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Projeções macro-económicas (PO.1.2)</li> <li>2. Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional (PO.1.3)</li> <li>3. Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados (PO.6.1)</li> <li>4. Controles Internos reforçados (PO.6.2)</li> <li>5. Qualidade da auditoria interna reforçada (PO.6.3)</li> <li>6. Qualidade da auditoria externa ampliada (PO.8.1)</li> <li>7. Escrutínio parlamentar efectivo (PO.8.3)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Integração dos quadros de despesa a médio prazo e orçamento (PO.1)</li> <li>2. Aumento dos recursos internos (PO.2.1)</li> <li>3. Auditoria com base no risco (PO.2.3)</li> <li>4. Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais (PO.3.1)</li> <li>5. Gestão da tesouraria reforçada (PO.3.3)</li> <li>6. Sistema de Investimento Público aprovado (PO.5.1)</li> <li>7. Selecção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos (PO.5.2)</li> <li>8. Gestão, execução e monitoria do investimento (PO.5.3)</li> <li>9. Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida (PO.7.1)</li> <li>10. Utilização de normas internacionais (PO.7.2)</li> <li>11. Informação financeira atempada (PO.7.3)</li> <li>12. Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado (PO.8.2)</li> </ol>
<b>Atraso menor</b>	<b>Atraso substancial</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cobrança dos impostos e taxas melhorada (PO.2.2)</li> <li>2. Gestão da dívida reforçada (PO.3)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada (PO.4.1)</li> <li>2. Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada (PO.4.2)</li> </ol>

As acções planeadas para o ano 2022 estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades, em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como a implementação de várias destas actividades estão atrasadas, enquanto outras implementadas pelo Governo não estão formalizadas, ou as que são financiadas pelos parceiros não sempre tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo

PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuou a implementação dos “**Ganhos Rápidos**” em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

**Os sucessos estão relacionados com os seguintes factores:**

1. Fortalecimento institucional sólido para a implementação e a monitoria das reformas, com a coordenação do GARFIP, a participação activa e a formação dos PF's;
2. Engajamento do Ministro PFEA, dos Directores, dos PF's e dos técnicos do Governo da área da GFP;
3. Criação e funcionamento regular e satisfatório do CD, apesar de alguns atrasos por razões técnicas;
4. Criação e funcionamento regular da ID, com um engajamento relativamente satisfatório dos parceiros externos;
5. Apoio sólido e proactivo da assistência técnica GFP da DUE ao GARFIP.

**Os maiores desafios derivam de:**

1. Risco de perda de alguns dos “Ganhos Rápidos” nos indicadores relativos à elaboração do orçamento, pelo impacto das eleições do mês de setembro 2022;
2. Atrasos na formalização de vários instrumentos como leis, despachos e orgânicas pelo Governo;
3. Processos mais longos e custos importantes para a actualização da Lei SAFE, a actualização e/ou a substituição do SAFE-e;
4. Recursos limitados do Estado para financiar as reformas do PARFIP II;
5. Recursos limitados dos Parceiros para financiarem as reformas do PARFIP II prioritárias com impacto directo nos indicadores do PEFA;
6. Informação muito limitada sobre os financiamentos previstos para os próximos anos, impedindo uma maior visibilidade a médio-prazo e a realização de planos de actividades e orçamentos plurianuais e anuais das reformas da GFP fiáveis;
7. Equipa do GARFIP incompleta pela falta de um/a contabilista e um/a jurista para a captação da informação financeira e a elaboração dos relatórios financeiros das reformas GFP e a elaboração e aprovação das novas leis, decretos e circulares na área da GFP; e
8. Atrasos no processo da adenda e prolongação do prazo do contrato da AT ao GARFIP pela Delegação da União Europeia, o que diminuiu o ritmo dos trabalhos da equipa de AT.

**Principais Recomendações**

1. Continuar a execução dos “Ganhos Rápidos” permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as várias Direcções do Governo e as Instituições relacionadas com a GFP;
2. Criar, no quadro das responsabilidades da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;

3. Continuar, no quadro das responsabilidades da DT, o processo de melhoria da governança das EP's, destacando-se a elaboração de relatórios anuais sobre o sector empresarial do Estado;
4. Utilizar a Instância de Diálogo como um instrumento estratégico para a:
  - a. harmonização dos financiamentos dos parceiros externos e a sua concentração, para a obtenção de resultados que melhorarem directamente os indicadores PEFA;
  - b. captação da informação financeira sobre a utilização dos fundos por actividade-trimestre e ano, para a elaboração efectiva dos demonstrativos financeiros das reformas da GFP;
  - c. identificação atempada dos financiamentos previstos para os anos orçamentais N+1-2-3, visando a melhoria da informação das propostas orçamentais do OGE e para a elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos do PARFIP II;
5. Fortalecer a equipa da assessoria jurídica do MPFEA, para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente;
6. Acompanhar de maneira activa o processo da adenda e prolongação do prazo do contrato da AT ao GARFIP pela Delegação da União Europeia

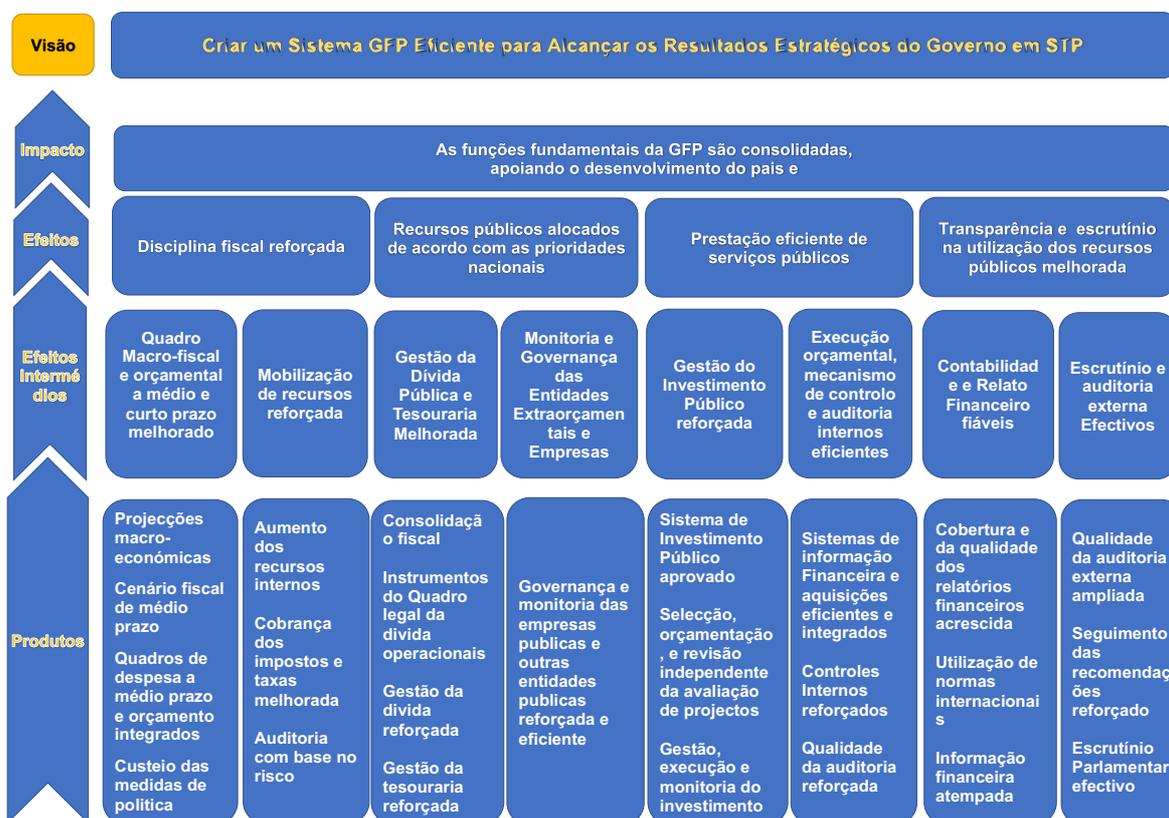
\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## I. INTRODUÇÃO

**Informação básica sobre os programas Operacionais.** A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP) II, introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

As actividades implementadas durante o 3º trimestre estão alinhadas com o Plano de Actividade para 2022, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

**Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP**



**Ritmo de implementação.** Verificou-se no 3º trimestre, uma nova desaceleração no ritmo de implementação das actividades do PARFIP II.

**O objectivo do relatório.** O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 3º trimestre do ano em curso, isto é, nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2022.

**A estrutura do relatório:**

O presente relatório está estruturado em **quatro capítulos**, para além de um Resumo Executivo: Na Introdução (Capítulo I), expõe-se o enquadramento do tema, destacando a relevância da reforma da GFP; O Capítulo II descreve as **actividades realizadas no 3º trimestre do ano 2022 (T3-2022)**, no quadro da implementação dos Programas operacionais, incluindo o Programa básico de suporte (POB), conforme as respectivas componentes e medidas; O Capítulo III contém informação sobre a **execução financeira** relativa ao **T3-2022** do PARFIP II; e, por fim, no capítulo IV apresentam-se **os próximos passos**.

## II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 3º Trimestre do Ano 2022

As acções previstas no Plano de Actividades para o 3º trimestre do ano 2022 do PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP), tiveram um ritmo de execução mais lento com o previsto inicialmente devido aos impactos ligados ao processo eleitoral.

Em geral, as acções planeadas estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades, financiadas pelos parceiros, não têm impacto imediato na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuou a ampliação do Piloto com a DO para ter “**Ganhos Rápidos**” em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

A realização e o seguimento das actividades está ancorada na estrutura organizacional prevista no PARFIP II, na qual se destaca o papel dos Pontos Focais (PF's) designados em cada Direcção do MPFEA, na Assembleia Nacional e no Tribunal de Contas, com apoio transversal do GARFIP. Assim, reforçou-se a interação entre os PF's e o GARFIP, através da realização de um diálogo regular visando a recolha de informação e a auscultação do ritmo de implementação do PARFIP II, possibilitando a reorientação da implementação do PARFIP II.

Durante o período, com base nos encontros de trabalho com os PF's, elaborou-se o Relatório do 2º Trimestre da Reforma (RTR) do ano 2022, que foi aprovado pelo Comité de Direcção (CD) das Reformas da GFP.

## **PO. B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas**

O programa operacional básico (PO. B) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos diretos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indiretos consideráveis na implementação com êxito e na monitorização dos demais programas operacionais. Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas, foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

### **B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP**

#### *B.1.2 Confirmação da equipa Nuclear de GARFIP.*

O GARFIP está funcional e operacional, tendo a sua equipa sido reforçada com a contratação no T3-2023, de uma jurista para a equipa nuclear do Gabinete. No entanto, mantém-se a necessidade de um contabilista, o que permitirá apoio na elaboração de instrumentos contabilísticos e prestações de contas necessárias para a implementação da reforma, bem como a execução e a monitoria eficiente do PARFIP II, através de uma equipa, com habilidades complementares no domínio das reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP).

### **B.4. Formação para a implementação das reformas**

#### *B.4.1 Facilitação de formação na área de Gestão das Finanças Publicas para os membros do GARFIP e outras estruturas de implementação*

Está em curso a pós-graduação em Gestão das Finanças Públicas, ministrado pelo ISCTE, para os quadros técnicos do Ministério das Finanças, incluindo o GARFIP, no âmbito do projecto PRO-PALOP/TL.

#### *B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhada do PARFIP e reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIP II*

A equipa de Assistência Técnica (AT) continua com o apoio e capacitação à equipa do GARFIP e as outras instituições implicadas na reforma, prestando um serviço de excelência, através de constantes orientações e coordenações na implementação das reformas da GFP, bem como na

execução das actividades em curso do PARFIP II. Principalmente, as que têm financiamento garantido.

Mantém-se a continuidade do trabalho da proposta abrangente de “Ganhos Rápidos”, estendendo-se o piloto iniciado com a Direcção do Orçamento (DO), o que permitirá umas melhorias significativas na GFP do País e, conseqüentemente os indicadores do PEFA, apesar dos impactos negativos das eleições nos “Ganhos Rápidos” nas operações da DO.

### *B. 4.4 Formação e Troca de Experiências em Análise Macroeconómica*

Fizeram parte da equipa de técnicos de duas instituições (MPFEA e BCSTP) que integram a UMF, os técnicos do GARFIP, que se deslocou ao Ministério das Finanças e Banco de Portugal para troca de experiências em matéria de Gestão de Políticas Macroeconómicas e Fiscais.

A troca de experiência realizou-se de 4 a 9 de Julho do presente ano e foi financiada pelo PRO-PALOP, sendo que as novas capacidades foram utilizadas de maneira satisfatória pelo GARFIP, durante as actividades do T3-2023.

## **B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II**

### *B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades*

O trabalho com as entidades envolvidas, através dos PF's, continuou em um ritmo mais lento durante o trimestre, pelo facto de decorrer, concomitantemente, as eleições.

Deste modo, espera-se, posteriormente, uma maior disponibilização de informação, sobretudo dos parceiros de desenvolvimento para permitir ter acesso dos montantes disponíveis para a execução do PARFIP II.

## PO.1 – Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional PO.1 visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportam a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e a projecção de receitas e de despesas de modo a estabelecer metas fiscais compatíveis com os objetivos de médio prazo.

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
<b>Produto 1</b>	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	Atraso Menor
<b>Produto 2</b>	Projeções macro-económicas	Conforme Previsto
<b>Produto 3</b>	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	Conforme Previsto

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 1.1 Processo de elaboração do orçamento melhorado

#### 1.1.1 Aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) pela Assembleia Nacional

##### Situação Actual

Relativamente PNDS, este plano foi submetido ao governo e aguarda-se a sua aprovação até a presente data.

##### Perspectivas

Espera-se a orientação da nova legislatura.

*1.1.2 Actualização da Lei SAFE para inclusão das melhores práticas (incluindo o QDMP. Orçamento Programa. Orçamento anual...)*

**Situação actual**

O processo de revisão desta lei foi iniciado com a elaboração dos Termos de Referência (TDR) para a criação de uma Comissão Multi-disciplinar para a coordenação e execução dos trabalhos relativos à actualização da Lei SAFE.

Foi igualmente elaborado um pedido oficial de Assistência Técnica ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para apoio na revisão da Lei SAFE.

O Gabinete Jurídico do MPFEA juntamente ao GARFIP elaborou o Despacho Ministerial para criação desta comissão, tendo o mesmo sido assinado pelo Ministro de tutela a 27 de Setembro do presente ano.

**Perspectivas**

Espera-se que nos próximos trimestres dar início aos trabalhos da Comissão para a implementação desta actividade.

*1.1.5 Articulação entre políticas, planeamento e orçamento*

*1.1.5.1 Formação para a elaboração do Orçamento Programático*

**Situação actual**

Esta actividade teve continuidade através da Comunidade de Prática em Cabo Verde/Praia (junho-julho de 2022), sobre o tema Orçamentação Programática, Contabilidade Patrimonial e a Transversalização do género nos ciclos de planificação e orçamentação (financiamento do projecto PRO-PALOP/TL).

**Perspectivas**

Perspectiva-se para os próximos trimestres a organização de um workshop/formação sobre abordagem programática, onde os beneficiários serão os técnicos das DAF's dos Ministérios.

A coordenação desta actividade será realizada pela Direção de Orçamento e a Direção do Planeamento com o apoio do projecto PRO-PALOP/TL.

*1.1.5.2. Refletir os programas dos planos nacionais e sectoriais, no classificador orçamental, e incluí-los na Planificação e Orçamentação*

**Situação actual**

Esta actividade ainda não foi realizada.

**Perspectivas:**

Espera-se a orientação da nova legislatura para elaboração/actualização do PNDS, bem como os documentos sectoriais.

*1.1.5.4 Definição de um roteiro para a implementação do QDMP*

**Situação actual**

Actualizou-se o horizonte dos Quadros de Despesas Sectoriais de Médio Prazo para o período 2023-2025.

**Perspectivas**

Para próximo trimestre perspectiva-se: a) Aprovação pelo Conselho de Ministros do quadro legal para a elaboração, implementação e avaliação do QDMP; b) avançar, a título experimental, com a integração dos programas do QDMP dos Ministérios de Saúde, Educação, Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural no orçamento de 2023.

*1.1.5.6. Analisar e actualizar a proposta da orgânica da Direção do Orçamento*

**Situação actual**

Atrasos substanciais nesta actividade, sem quaisquer evoluções em relação ao trimestre anterior, embora a proposta já tenha sido elaborada.

**Perspectivas**

Aguarda-se a aprovação do Diploma em Conselho de Ministros, durante a nova legislatura.

*1.1.6 Definição e Obrigatoriedade da submissão à AN de toda a documentação da proposta do OE, conforme as boas praticas*

*1.1.6.1 Formação em avaliação dos impactos fiscais das medidas de políticas públicas*

**Situação actual**

Uma equipa de técnicos do MPFEA e BCSTP que integram a UMF deslocou-se ao Ministério das Finanças e ao Banco de Portugal, para uma troca de experiências em matéria de Gestão de Políticas Macroeconómicas e Fiscais.

Esta actividade realizou-se de 4 a 9 de Julho do presente ano e foi financiada pelo Pro-PALOP.

Deu-se continuidade aos trabalhos necessários para a elaboração do Relatório de Risco Fiscal, que será parte integrante da proposta de OE para 2023.

**Perspectivas:**

Prevê-se a continuidade desta actividade para capacitar mais técnicos neste domínio e a institucionalização da integração do relatório de riscos fiscais na documentação dos próximos OE's.

*1.1.7 Capacitação e elaboração do Orçamento Cidadão*

**Situação actual**

Pretende-se melhorar as ilustrações gráficas do Orçamento Cidadão, tornando a linguagem mais acessível e compreensível para os cidadãos comuns.

**Perspectivas**

Prevê-se, para próximo ano, uma visita de estudo de troca de experiências nesta matéria entre os países PALOP's para a melhoria deste documento.

Também foi tomada a decisão de incluir o orçamento cidadão como parte da documentação do Orçamento Geral do Estado enviada à AN.

*1.1.10. Integração dos marcadores de género no orçamento.*

*1.1.10.1 Capacitação sobre a orçamentação sensível ao Género para os quadros do MPFEA e os Gabinetes de Estudos e Planeamentos (GEP's)*

**Situação actual**

Deu-se continuidade às actividades de integração de marcadores de género nos programas e projectos, para o OE 2023, na sequência da formação do Pro-PALOP/TL.

**Perspectivas**

Dar continuidade a integração da abordagem do género no ciclo orçamental conforme o modelo *standard* PRO-PALOP/TL.

*1.1.10.2 Integração da questão de Género na circular orçamental*

**Situação Actual**

Aguarda-se o período de preparação/elaboração do OGE 2023 para integração dos marcadores de género na circular orçamental.

### **Perspectivas**

A circular para a preparação do OGE 2023 incluirá as questões de Género.

#### *1.1.10.3 Integração dos marcadores de género no SAFE-e*

##### **Situação actual**

Tendo em conta que os técnicos da DITEI não estão habilitados para alteração do SAFE-e, os marcadores do género serão feitos de forma manual.

### **Perspectivas**

Actualização do SAFE-e para permitir a integração dos marcadores do género.

#### *1.10.4 Exercício-piloto de orçamentação sensível ao género para o sector Água e Saneamento*

##### **Situação actual**

Este exercício foi concluído.

### **Perspectivas:**

No quadro da elaboração do OGE 2023, os novos projectos que surgirem no âmbito do sector de água e saneamento terão a devida marcação.

## **1.2 Previsões macro-fiscais sólidas**

### *1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional*

##### **Situação actual**

Em Julho do presente ano, deslocou-se ao Ministério das Finanças de Portugal e ao Banco Central de Portugal uma equipa composta por 12 técnicos do BCSTP e do MPFEA para uma troca de experiência em matéria da reforma da Gestão de Políticas Macroeconómicas e Fiscais, no domínio de previsão macroeconómica e fiscal, a elaboração, monitoria e avaliação do orçamento de estado.

Esta missão teve como objetivo e reforçar as capacidades dos respectivos técnicos através de troca de experiência no domínio de previsões macroeconómicas e fiscais que sustentam o processo de preparação de orçamento, as práticas destas entidades no domínio de programação e previsão, implementação e monitorização de políticas macroeconómicas e orçamentais, comparando o modelo e métodos portugueses, de modo a se tirarem ilações que possam servir de melhoria ao modelo e práticas desenvolvidas em São Tomé e Príncipe.

Deu-se, igualmente, início ao arranque da assistência técnica adicional, contratada pelo Banco Mundial, através do AFAP, para aprofundar e complementar o apoio que a AFRITAC tem vindo a

dar à UMF. A assistência técnica apoiará a UMF a fazer os ajustes necessários ao modelo de previsão macro fiscal para que possa ser usado, também, no acompanhamento da execução orçamental, na elaboração de cenários e simulações dos impactos de mudanças de variáveis macroeconómicas.

**Perspectivas:**

Revisão e actualização da projecção macro fiscal para 2023-2025, em Outubro do ano em curso pela UMF.

*1.2.1.5 Elaboração do Manual de Funcionamento da UMF*

**Situação actual**

Foi assinado pelo MPFEA um Despacho que actualiza a estrutura orgânica da UMF, instituindo o Comité dos Directores e novos procedimentos de funcionamento da UMF.

**Perspectivas:**

Perspectiva-se com aprovação do novo Despacho, que as projecções macro-económicas e fiscais passem a ser formalmente validadas pelo Comité de Directores e posteriormente aprovadas pelo Ministro das Finanças, conforme prescrito as melhores práticas.

*1.2.2 Produtos macro-fiscais*

*1.2.2.2 Projeções Macro-Económicas e riscos fiscais*

**Situação actual**

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela equipa técnica da UMF foram discutidos com o FMI as projecções macro-económicas e deu-se continuidade aos trabalhos de elaboração do Relatório de Riscos Fiscais.

Neste sentido, uma proposta do relatório de estratégia fiscal para 2022-2023 e outra de riscos fiscais para o orçamento de 2023 foram elaborados pela equipa da UMF, contando com o apoio técnico de uma consultora do FMI. Os referidos relatórios têm por objectivo orientar o processo de elaboração do OGE com base no quadro fiscal de médio prazo.

**Perspectivas**

A próxima revisão e actualização das projecções macro-fiscais para o horizonte 2023-2025 ocorrerá em Outubro de 2022.

Espera-se atualizar os relatórios de estratégia fiscal e riscos fiscais com base nas projecções macro-fiscais para o período 2023-2025.

### *1.2.2.3 Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)*

#### **Situação actual**

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela equipa técnica da UMF foram actualizados os valores dos principais agregados orçamentais para o período 2022-2024.

#### **Perspectivas**

A próxima revisão e actualização das projecções macro-fiscais para o horizonte 2023-2025 ocorrerá em Outubro de 2022.

### *1.2.2.4 Elaboração do documento da Estratégia Fiscal*

#### **Situação actual**

No quadro de assistência técnica do FMI/AFRITAC, visando a melhoria da previsibilidade, credibilidade e transparência das decisões de política fiscal, esteve no país, de 19 a 30 de Setembro, uma perita do FMI, para fazer o acompanhamento dos trabalhos da UMF e apoiar na elaboração do documento de Estratégia Fiscal de Médio Prazo, e o relatório de Riscos Fiscais.

Neste sentido, uma proposta do relatório de estratégia fiscal para 2022-2023 foi elaborada pela equipa da UMF, com o apoio técnico da consultora do FMI. O referido relatório têm por objectivo orientar o processo de elaboração do OGE, com base no quadro fiscal de médio prazo.

#### **Perspectivas:**

Prevê-se a revisão e actualização do documento de Estratégia Fiscal de Médio Prazo para o período de 2023-2025.

## **1.3 QDMP Global**

### *1.3.6 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN*

#### **Situação actual**

O QDMP global ainda não está actualizado.

#### **Perspectivas:**

Perspectiva-se que o QDMP Global actualizado seja submetido e aprovado pelo novo Governo.

## PO.2 Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da receita

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Mobilização de recursos reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
<b>Produto 1</b>	Aumento dos recursos internos	atraso
<b>Produto 2</b>	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
<b>Produto 3</b>	Auditoria com base no risco	atraso

Foram realizadas várias actividades, mas com algum atraso em relação com as actividades inicialmente previstas, o que não permitiu a obtenção de produtos previstos conforme o quadro acima.

Durante o período, para a consecução dos produtos foram executados um conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 2.1 Modelo de gestão com base em resultados

#### 2.1.2 Atualização de um plano estratégico plurianual 2019-2023

##### **Situação actual**

No que concerne o plano estratégico plurianual da DGA/2019-2023, este foi actualizado com apoio da Assistência Técnica da OMA.

##### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a continuidade de apoio da OMA, com o suporte de AT e a realização de acções de formação nos próximos anos.

### *2.1.6 Reorganização da DI - Revisão do estatuto orgânico*

#### **Situação actual**

Os trabalhos técnicos foram concluídos com apoio da AT do FMI, faltando a aprovação legal do documento.

#### **Perspectivas**

Perspectiva-se que o referido estatuto seja submetido ao Ministro da tutela para aprovação na próxima legislatura.

### *2.1.7 Revisão e do estatuto orgânico da DGA*

#### **Situação actual**

Considerando a necessidade de revisão do estatuto orgânico da Direcção-Geral das Alfândegas (DGA), sendo um normativo que regula e orienta toda a actividade da administração aduaneira, é que seja um instrumento jurídico o mais abrangente possível, através da audição de todos os funcionários da DGA, logo criou-se uma Comissão encarregue da revisão do estatuto orgânico. Igualmente, tendo em conta os desafios constantes que as Alfândegas vêm se defrontando, tais como a pandemia COVID-19, maximização da receita, questões transfronteiriças, meio ambientais, de comércio electrónico, etc., decidiu-se alargar o prazo de conclusão da proposta de revisão para o quarto trimestre do ano 2022.

#### **Perspectivas:**

A revisão do estatuto orgânico foi concluída pela Comissão e a proposta de revisão encontra-se com os dois assessores das Alfândegas (das áreas jurídica e administrativa). A sua apreciação final é esperada durante o quarto trimestre do ano 2022.

### *2.1.9 Novas Obrigações de Faturação pelas empresas, antes do IVA*

#### **Situação actual**

Continua em curso o processo de consolidação do *e-factura*.

#### **Perspectivas:**

Durante os próximos meses, espera-se a consolidação da adesão ao e-fatura, sobretudo por parte dos sujeitos passivos do IVA, na perspectiva da implementação efectiva desse imposto.

## 2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA

### 2.2.1 Plano de Implementação do IVA

#### **Situação actual**

A 1.ª Lei de alteração do Código do IVA (CIVA) consta do Decreto-Lei n.º 21/2022 e foi publicada no Diário da República N.º 54, I Série, de 19 de Julho de 2022.

Foram concluídos os trabalhos de elaboração dos normativos sobre a aprovação dos modelos electrónicos da declaração periódica do IVA, a instituição da obrigatoriedade do envio da declaração do IVA por transmissão electrónica de dados, a criação da Caixa de correio Electrónico Fiscal. Esses diplomas carecem de aprovação pela forma legal exigida.

Está em curso o processo de avaliação das candidaturas com vista à selecção do vencedor do concurso para elaboração do Manual do IVA.

#### **Perspectivas**

Perspectiva-se (i) aprovação dos normativos, apresentados acima, pela forma legal exigida e (ii) a contratação do consultor para a elaboração e disseminação do Manual do IVA para o início de 2023, com financiamento do BM.

### 2.2.3 Aprovação e disseminação da alteração do Plano de Contas

#### **Situação actual**

Foi elaborada a proposta de Decreto-Lei para alteração do plano OCAM de contabilidade geral das empresas e das obrigações em matéria contabilística, que deverá ser aprovada em Conselho de Ministros.

#### **Perspectivas**

Aguarda-se que se efectue a aprovação e publicação do novo Plano de Contas no decorrer do presente ano, perspectivando a sua entrada em vigor, aquando da implementação do IVA.

### 2.2.4 Formação dos 25 funcionários seleccionados

#### **Situação actual**

Vinte cinco funcionários tomaram parte na formação sobre o Código do IVA e o Regulamento do Reembolso do IVA, ministrada por uma formadora de Cabo Verde, em Agosto/Setembro do presente ano, com financiamento do BM.

### 2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Informação para a Gestão do IVA (SIT-IVA)

#### **Situação actual**

Foi efectuada a entrega da 3ª e última *release* do SIT-IVA, tendo a Direcção dos Impostos iniciado a realização dos respectivos testes ao sistema, de modo a permitir a passagem para a produção. Esta fase de validação regista um atraso, estando a ser envidados pelas partes todos os esforços com vista a sanar as dificuldades encontradas.

### **Perspectivas**

Durante o 4º trimestre, prevê-se a passagem para a produção do SIT-IVA, a entrega do produto final e a finalização da parte de desenvolvimento pelo NOSI, passando este a assumir a manutenção do sistema por um período de 1 (um) ano.

#### *2.2.7 Aquisição de equipamento informático, de escritório e rolante*

### **Situação actual**

O processo para a aquisição de equipamento informático para os novos funcionários da DI continua em curso, bem como o processo de aquisição das 7 motorizadas e de uma carrinha para os serviços da Região Autónoma do Príncipe.

### **Perspectivas**

Perspectiva-se que o BM conclua os seus procedimentos internos e faça a entrega dos equipamentos informáticos e meios rolantes, mencionados acima, no decorrer do 4º trimestre.

#### *2.2.8 Formação*

### **Situação actual**

Vários técnicos da DI e da DGA, ligados aos mais diversos sectores, tomaram parte numa formação sobre o Código do IVA e o Regulamento do Reembolso do IVA, ministrada por uma formadora de Cabo Verde em Agosto/Setembro passado, com financiamento do BM.

### **Perspectivas**

Prevê-se a realização de uma formação na área de Auditoria ao Sector da Banca e Seguros para o mês de Outubro 2022, que seria assegurada pelo FMI.

Perspectiva-se a continuação do reforço da capacidade dos técnicos nesta área.

Também, está prevista uma visita de estudos dos técnicos da DI à Administração Tributária de Angola, para o próximo trimestre.

### *2.2.9 Implementação do plano de Comunicação*

#### **Situação actual**

Além dos avanços registados no 2.º trimestre, foram impressos desdobráveis sobre o IVA e criada uma página na plataforma Facebook da DI, onde vão sendo veiculadas informações de interesse fiscal.

#### **Perspectivas:**

Está prevista a divulgação de spots publicitários sobre o IVA e demais matérias fiscais, nos órgãos de comunicação social.

## **2.3 Melhoria da Gestão da Receita**

### *2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória (e-factura)*

#### **Situação actual**

A actividade mantém, basicamente, o mesmo status que detinha no 2.º trimestre, sendo certo que o *e-factura* continua o seu processo de consolidação, pelo que vai registando algumas alterações.

Vale relembrar que no 2º trimestre, foram emitidas notificações aos contribuintes de modo a efectuarem o cumprimento das suas obrigações.

#### **Perspectivas:**

Estão previstas, no 4º trimestre, visitas aos sujeitos passivos do regime normal do IVA com o objectivo de informar sobre a necessidade de consolidação do processo de adesão dos mesmos ao *e-fatura*.

### *2.3.5 Upgrade do Sistema de Gestão dos Impostos*

#### **Situação actual**

As regras de negócio para a melhoria do sistema, já foram definidas.

Houve uma decisão de se incluir o financiamento do *upgrade* do Sistema integrado de Gestão de Impostos no âmbito do futuro projecto PAGEF II, que deverá ser financiado pelo BAD.

#### **Perspectivas:**

O arranque desta actividade deverá ocorrer apenas em 2023.

## 2.4 Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)

### 2.4.1 *Elaboração de uma estratégia e plano de comunicação*

#### **Situação actual**

No que respeita a DGA, actualmente não existe um plano de comunicação.

#### **Perspectivas:**

Para os próximos meses, prevê-se a criação de um portal ou website para disponibilização das informações relativamente as normas, procedimentos e leis aduaneiras.

### 2.4.2 *Execução de campanha de informação*

#### **Situação actual**

Deu-se continuidade de maneira regular à divulgação de informação relevante de carácter fiscal nos ecrãs disponíveis na DI e à actualização das informações disponíveis no website da DI.

#### **Perspectivas:**

Espera-se a continuidade das actividades da campanha de informação, no decurso dos próximos trimestres.

## 2.6 Auditoria Eficaz

### 2.6.1 *Definição de critérios de Auditoria*

#### **Situação actual**

A DGA reforçou as suas capacidades em auditoria pós-desalfandegamento, através da rotatividade do pessoal e com novas orientações baseadas em critérios de riscos, e por outro lado, reativando o Serviço de Auditoria Interna, com recurso ao manual de auditoria interna, que se encontra neste momento no Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças, para aprovação.

Foi divulgado uma circular interna, visando a actuação de Auditoria com base em critérios e perfis de risco.

#### **Perspectivas:**

No decorrer do quarto trimestre do ano em curso, prevê-se a aprovação pelo Ministro do Manual de Auditoria Interna, permitindo uma melhor percepção dos conceitos de auditoria interna e a sua

abrangência nos diferentes serviços aduaneiros em termos de procedimentos, legalidade e conformidade.

### *2.6.2 Estruturação da função de Auditoria*

#### **Situação actual**

No âmbito da DI não houve evoluções neste trimestre.

Em relação à DGA, a Administração Aduaneira, dentro da sua orgânica, tem dois Serviços de Controlos, cada um com a sua especificidade: o Serviço de Auditoria Interna tem a incumbência de velar pelo cumprimento das normas, leis e procedimentos aduaneiros e sobretudo a funcionalidade da Instituição e o serviço de Auditoria Pós-Desalfandegamento, tendo como objectivo a verificação da conformidade legal do movimento internacional de mercadorias e bens, depois da liberação, ou seja, após o desalfandegamento (Decreto n.º 24/2009).

#### **Perspectivas:**

Está prevista uma formação para os técnicos de DI sobre a auditoria interna ao sector financeiro e seguros, para o próximo trimestre, financiada pelo FMI.

A DGA perspectiva que os Serviços de auditoria interna estejam em linha com as actividades que lhes são inerentes, de acordo com o seu Estatuto Orgânico, e sobretudo em conformidade com outros normativos aduaneiros, com todas as acções que devem concorrer para a maximização de arrecadação das receitas, dissuadindo os actos que contribuem para a fuga ao fisco e a evasão fiscal.

### *2.6.3 Manual de procedimentos (DGA)*

#### **Situação actual**

Igualmente foi criado uma circular interna com vários pontos, cujo objectivo é de aligeirar os procedimentos aduaneiros nos postos aduaneiros e concretamente no porto e no aeroporto, com a utilização de critérios de gestão de riscos para o Serviço de Auditoria Pós-Desalfandegamento, culminando com a potencialização da arrecadação de receita.

#### **Perspectivas**

Perspectiva-se a aplicabilidade efectiva do manual de regulamento de auditoria pós-desalfandegamento e outros normativos aduaneiros, que contribuem para o controlo das mercadorias.

#### *2.6.4 Manual de procedimentos (DI)*

##### **Situação actual**

Tendo em conta os desafios enfrentados pela DI, os trabalhos de elaboração de um Manual de Procedimentos foram adiados e terão continuidade, num futuro próximo.

#### *2.6.5 Definição do Plano de Acção de auditoria*

##### **Situação actual**

Realização das acções previstas, conforme o plano de auditoria anual 2022 da Direção de Impostos.

##### **Perspectivas:**

Continuar com a implementação do referido plano e elaborar um novo para o ano 2023.

#### *2.6.6 Implementar o plano de acção da fiscalização*

##### **Situação actual**

Realização das acções previstas conforme o plano de fiscalização da Direção de Impostos.

##### **Perspectivas:**

Continuar com a implementação do referido plano.

## **2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados**

#### *2.7.1 Definição do conceito de atrasado*

##### **Situação actual**

De acordo com DGA, no que concerne aos atrasados, podemos verificar que tem aumentado o acumulado de dívida no valor total de 347.167.335 Dobras.

A razão deste aumento dos atrasados é devido ao ciclo da dívida Estado-ENCO-EMAE, o que tem condicionado sobremaneira os pagamentos dos direitos aduaneiros por parte da ENCO, devido à falta de liquidez desta empresa e aos altos preços de crude no mercado internacional.

##### **Perspectivas:**

O controlo dos atrasados é efetuado através do sistema e com seguimento do Serviço competente, logo espera-se que a ENCO possa regularizar mensalmente os pagamentos dos direitos aduaneiros e reduzir o acumulado dos atrasados.

*2.7.1.1 Elaboração de um diploma legal*

**Situação actual**

Está em curso a disseminação pela DI do conteúdo do Decreto-Lei nº16/2022 sobre as Medidas de Carácter Excepcional de Incentivo ao Pagamento de Dívidas Fiscais em Atraso.

**Perspectivas:**

Perspectiva-se que os contribuintes devedores adiram aos incentivos e que isso se traduza numa significativa redução do volume dos atrasados.

### PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria

O Programa operacional tem como objetivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria Melhorada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
<b>Produto 1</b>	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Atraso
<b>Produto 2</b>	Gestão da dívida reforçada	Atraso menor
<b>Produto 3</b>	Gestão da tesouraria reforçada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

#### 3.1 Modernização da Gestão da dívida pública

##### 3.1.1.2. *Elaboração dos Planos Anuais de Endividamento Público*

##### **Situação actual**

O Plano Anual de Endividamento público vem sendo uma das prioridades em termos de política de gestão e seguimento da dívida pública adoptada pelo Governo são-tomense. A elaboração deste importante documento orientador de políticas da dívida pública, que se enquadra no preceituado no artigo 12.º da Lei n.º 1/2013, Lei-quadro da Dívida Pública, encontra-se em curso, a fim de ser parte integrante da proposta de Lei do OGE para o ano económico de 2023.

##### **Perspectivas**

Espera-se, como tem sido prática, a inclusão do Plano Anual de Endividamento no Orçamento Geral do Estado para o ano 2023, de forma que seja um documento orientador para o Governo na mobilização de recursos tanto interno como externo, priorizando os empréstimos concessionais e/ou donativos, que acarretem menores custos e riscos para a carteira da dívida pública são-tomense.

### *3.1.2 Melhoria das operações*

#### *3.1.2.1 Emissão e Gestão da dívida*

##### **Situação actual**

O seguimento e o cumprimento do plano e do calendário de emissões de dívida interna para 2022, neste último trimestre foram satisfatórios.

Por outro lado, os regulamentos que estatuem as acções do Comité Nacional e do Comité Técnico, previstos pela Lei-quadro da Dívida Pública, ainda não foram aprovados.

##### **Perspectivas:**

Conforme mencionado no relatório anterior, espera-se que os regulamentos possam ser aprovados, após a tomada de posse do novo Governo.

### *3.1.3 Sistema de Informação para a Gestão da Dívida*

#### *3.1.3.1 Elaboração dos TdR's do sistema de informação e de gestão da dívida*

##### **Situação actual**

Actualmente, esta actividade encontra-se pendente, na sequência do atraso na finalização da contratação do consultor/programador para a elaboração das especificações técnicas para o desenvolvimento do sistema da dívida pública.

##### **Perspectivas**

Espera-se que, a contratação do consultor/programador possa ocorrer durante o último trimestre do ano, para que se possa dar continuidade e concluir os trabalhos de desenvolvimento do sistema da dívida pública são-tomense.

#### *3.1.3.2 Desenvolvimento do sistema de Gestão da Dívida*

##### **Situação actual**

Actividade sem evolução no trimestre, tendo em conta que não houve evolução na contratação do consultor/programador, durante o trimestre em análise.

### **Perspectivas**

Espera-se a conclusão do processo de contratação do programador, no 4º trimestre do ano 2022.

## **3.2 Gestão de Tesouraria**

### *3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT*

#### **Situação actual**

O Diploma Legal contendo o novo Regime de Tesouraria foi aprovado pelo governo, mas ainda não foi publicado.

#### **Perspectivas**

Perspectiva--se a publicação deste documento ainda no decorrer do ano 2022.

### *3.2.3 Acordo com os Bancos para saldos e movimentos das Contas*

#### *3.2.3.2 Controlo das Contas da Administração Central*

#### **Situação actual**

O controlo das contas em bancos comerciais continuou a ser efectuado, encontrando-se encerradas a grande maioria das contas inactivas.

#### **Perspectivas**

Perspectiva-se para o próximo trimestre a continuação do reforço do controlo das contas bancárias e aguarda-se a decisão do novo Governo em relação às contas bancárias já existentes, atendendo os pressupostos da existência e do funcionamento da CUT.

### *3.2.4 Sistema Gestão da Tesouraria*

#### *3.2.4.1 TDR para elaboração do modelo do Sistema de Gestão da Tesouraria*

#### **Situação actual**

As discussões com o BM sobre esta actividade ainda não foram concluídas após a DITEI ter submetido uma proposta de financiamento sobre o sistema de Gestão de Tesouraria.

Neste período não se conseguiu cumprir as perspectivas definidas para o 3º trimestre, devido à não realização dos encontros previstos entre as partes.

### **Perspectivas**

Perspectiva-se para o 4º trimestre o prosseguimento desta actividade.

#### *3.2.4.2 Elaboração do modelo de Sistema de Gestão de Tesouraria, incluindo o Manual de Procedimento*

### **Situação actual**

Esta atividade também não conheceu avanços devido a conjuntura vivida no país e indisponibilidade das partes para o cumprimento das reuniões previstas.

### **Perspectivas**

Assim, perspectiva-se para o ano de 2023 o prosseguimento desta actividade.

#### *3.2.4.4 Ligação electrónica entre SAFE-e e BCSTP*

### **Situação actual**

Durante trimestre não houve avanços na busca de solução à alternativa anterior, **Real Time Gross Settlement**, que está estruturada em 2 momentos, sendo o primeiro: a definição dos requisitos da ligação; e o segundo, a ligação efectiva entre a DT e o BCSTP.

### **Perspectivas**

Perspectiva-se até o 4º Trimestre decidir sobre uma solução para o avanço desta actividade.

## PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

Este Programa operacional tem como objetivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Publicas reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
<b>Produto 1</b>	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso Substancial
<b>Produto 2</b>	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso Substancial

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 4.1 Governança Reforçada das EP's

#### 4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

##### Situação actual

Tendo em conta a desistência da consultora e após reuniões junto a AFAP/BM, sobre os mecanismos para reactivação desta AT à DT, decidiu-se avançar com a contratação da empresa *PricewaterhouseCoopers (PwC)*, tomando em consideração a “know-how” que possui sobre as EP's, pelo facto de ter efectuado as auditorias das contas das 4 EP's, respeitantes aos exercícios de 2017 e 2018 e tendo elaborado um memorando de conclusões de auditorias, bem como plano de transformação. Para o efeito, efectou-se ajustes aos TDR iniciais, que foram partilhadas com a AFAP para melhorias.

### **Perspectivas**

Aguarda-se feedback da instituição AFAP em relação aos contactos efectuados junto à PwC e também com o BM sobre a modalidade de continuidade da consultoria. Espera-se que as melhores praticas internacionais (OCDE e BM) de boa governança das EPs, serão tomada em consideração para esta reforma.

#### *4.1.3 Assistência Técnica à equipa de seguimento das EP's*

##### **Situação actual**

No 3º trimestre 2022, a DT beneficiou de uma Assistência Técnica online do FMI no âmbito de uma acção de formação para a utilização de uma ferramenta do FMI, denominada *State-owned Enterprise Health-check*, que permite avaliar a situação financeira das EP's e que faz parte integrante da avaliação de risco, executada no âmbito do FRAT. A formação contou com a participação e o apoio também da assistência técnica ao GARFIP.

Também, neste mesmo período, os técnicos da Secção das Empresas Públicas e Participadas da DT beneficiaram, de uma formação presencial no Centro de Formação, *Gold Consulting* em Portugal, nas áreas de Supervisão das Empresas, Risco Fiscal, Monitoramento e Análise de Desempenho. Esta formação visou reforçar a competência da Secção em "...analisar e acompanhar a situação dos organismos sujeitos à tutela financeira do Estado e das sociedades com capitais maioritariamente públicos ou em que o Estado tenha direitos especiais de accionista...".

##### **Perspectivas**

Continuidade do apoio técnico à DT, no 4º trimestre, pelo FMI e a Assistência Técnica do GARFIP, com vista a publicação, pela primeira vez, de um relatório sobre o desempenho do Sector Público Empresarial de São Tomé e Príncipe, respeitante ao exercício económico de 2021.

#### *4.1.5 Auditoria às Empresas Públicas*

##### **Situação actual**

Durante o 3º trimestre, a Direcção do Tesouro recebeu os Relatórios de Gestão e Contas respeitante ao exercício de 2021, de todas as empresas públicas e participadas consideradas mais relevantes do País. Todavia, os relatórios das 4 EP's (EMAE, ENAPORT, ENASA e CORREIOS) não se fizeram acompanhar dos respectivos relatórios de auditoria, pelo facto das suas contas não terem sido auditadas.

##### **Perspectivas**

Espera-se no futuro que o conhecimento das melhores práticas/metodologias internacionais e a reforma do quadro legal e institucional das EP's que poderão advir da contratação permita a

realização sistemática de auditorias externas das EPs e a sua submissão na entidade da DT, que representa o Estado acionista.

## **4.2 Governança e Monitoria das Entidades Extra-Orçamentais**

### *4.2.1 Formalizar a equipa responsável*

#### **Situação actual**

Também, neste trimestre, não foram realizados avanços na formalização da equipa de monitorização das entidades extra-orçamentais, pela Direcção do Tesouro.

#### **Perspectivas**

Tendo em conta o período eleitoral esta actividade será executada em 2023.

## PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o “*Value for Money*” dos investimentos públicos, através da criação da infraestrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Gestão do Investimento Público Melhorada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
<b>Produto 1</b>	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
<b>Produto 2</b>	Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
<b>Produto 3</b>	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos, foi executado um conjunto de acções, apresentadas nas componentes seguintes.

### 5.1 Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

#### 5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

##### Situação actual

Até à presente data, a proposta de lei de Investimentos Públicos e o respectivo regulamento, elaborados pela Direcção do Planeamento com apoio da *NDC Partnership*, submetidos ao Ministro de tutela em Maio do corrente ano, não foram aprovados pelo Governo e nem submetidos à Assembleia Nacional.

##### Perspectivas

Espera-se a aprovação dos normativos no decurso da próxima legislatura.

### *5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) da RAP e das Câmaras elaborados*

#### **Situação actual**

Está em curso o processo de elaboração de TDR para Contratação de um Jurista para elaboração dos referidos Estatutos Orgânicos.

#### **Perspectivas**

Espera-se finalizar o processo de contratação de um Jurista para o efeito, permitindo o início desta actividade, no 4º trimestre.

## **5.2 Qualidade dos projetos de investimento melhorada**

### *5.2.1 Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projetos*

#### **Situação actual**

Embora tenha sido elaborado o Manual metodológico de formulação e avaliação dos projectos públicos pela DP, com apoio de uma consultoria financiada pela NDC *Partnership*, a qualidade dos projectos de investimento não foi melhorada, pela falta de aprovação do quadro regulamentar SNIP e também pela falta de disseminação e utilização do manual.

#### **Perspectivas**

Prevê-se a formalização e a operacionalização do quadro institucional SNIP e a disseminação da metodologia. Estes processos poderão ser realizados com a elaboração dos TdRs para a contratação de um consultor que apoiará o processo de disseminação da Metodologia Geral uniformizada/padrão do SNIP, conjuntamente com os especialistas da DP.

### *5.2.1.1 Integração das Mudanças climáticas e Género na preparação e avaliação de Projetos*

#### **Situação actual**

A Direcção do Planeamento dispõe de uma versão preliminar do Relatório de Integração de Riscos Climáticos aa nível nacional.

#### **Perspectivas**

No próximo ano, 2023, ir-se-á avançar com a validação, conjuntamente com os técnicos sectoriais, do relatório preliminar.

### *5.2.2 Elaboração de 4 Metodologias Sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projetos*

#### **Situação actual**

Embora tenham sido elaboradas 4 metodologias sectoriais simplificadas para a avaliação económica de projectos de investimento público em educação; saúde; edifícios públicos administrativos; e estradas, estas metodologias não foram internalizadas, socializadas e nem disseminadas.

#### **Perspectivas**

Perspectiva-se o início da validação junto aos sectores respectivos das metodologias simplificadas, no 4º trimestre de 2022.

### *5.2.3. Elaboração da Metodologia para a gestão e a priorização dos projetos*

#### **Situação actual**

A Direcção do Planeamento tem na sua posse um instrumento que permite gerir e priorizar os projectos, elaborado por um consultor contratado pelo *NDCPartnership*.

#### **Perspectivas**

Ter-se-á a necessidade de disseminar este instrumento e aprimorar a sua utilização.

### *5.2.4 Estimação dos parâmetros para avaliação dos projetos*

#### **Situação actual**

Esta actividade não foi realizada.

#### **Perspectivas**

Como parte do desenvolvimento do SNIP, deve-se iniciar o processo de contratação de um consultor internacional para definir a estimação dos parâmetros e aprimorar a sua prática na utilização da matriz de priorização dos projectos.

### *5.2.5 Plano de reforço de capacidade na metodologia de investimento Público (PIM)*

#### **Situação actual**

Esta actividade não foi realizada.

#### **Perspectivas**

Necessidade de elaboração um plano estruturado com base nos resultados da avaliação PIMA, a ser efectuada com o apoio do FMI, em 2023.

## 5.3 Sistema de M&A funcional

### 5.3.3 Implementação de Sistema de Informação M&A

#### 5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

##### **Situação actual**

A base de dados STPDados está já instalada e em funcionamento.

##### **Perspectivas**

Necessidade de capacitar os técnicos da Direcção do Planeamento e dos Gabinetes de estudos sobre a sua utilização, manutenção e alimentação da base com indicadores.

## 5.4 Alocação de Recursos otimizada

### 5.4.3 Priorização de projectos melhorada

#### 5.4.3.1 e-SNIP criado

##### **Situação actual**

Esta actividade não foi realizada durante o trimestre.

##### **Perspectivas**

Tendo em conta que existem um conjunto de instrumentos e mecanismos do SNIP (aprovação da lei, capacitação dos técnicos, desenho do sistema, entre outros), que devem ser criados antes de implementar o e-SNIP, espera-se a sua materialização nos próximos trimestres, permitindo avançar com a elaboração das especificações técnicas e a identificação das fontes de financiamento do sistema.

## 5.5 Quadro Global da APD melhorado

### 5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

##### **Situação actual**

A base de dados disponível na DITEI, sobre a responsabilidade da mesma, com financiamento do QIR.

##### **Perspectivas**

Prevê-se a aquisição dos equipamentos informáticos, mobiliários e uma viatura, bem como a capacitação dos técnicos de Direcção do Planeamento e outros sectores afectos, nos próximos trimestres.

## PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem como reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
<b>Produto 1</b>	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	on-track
<b>Produto 2</b>	Controles Internos reforçados	on-track
<b>Produto 3</b>	Qualidade da auditoria reforçada	on-track

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 6.1 Melhoria do mecanismo de controlos internos

#### 6.1.4 Capacitação das DAF's e dos integrantes da cadeia da despesa

##### Situação actual

Decidiu-se que, no quadro do financiamento do projeto Pro-PALOP/TL, a realização desta acção de capacitação será promovida pela Direcção de Contabilidade Pública e que o grupo-alvo serão as DAF's, Serviços e Fundos Autónomos, Câmaras Distritais e RAP.

##### Perspectivas

Perspectiva-se que no 4º trimestre poder-se-á realizar esta acção de formação.

## 6.2 Controlo de despesas salariais eficiente

### 6.2.1 Manual de Controle das despesas com o pessoal elaborado (SIGESA)

#### **Situação actual**

O SIGESA é um sistema desenvolvido exclusivamente para elaboração das folhas de salário de toda Administração Pública. Desde 2016, este sistema vem sofrendo algumas actualizações, para responder às reais necessidades do sector e não só. Todavia, estas actualizações não foram reflectidas no manual de utilizador o que leva com que, em alguns casos, não haja uniformidade na execução de procedimentos entre os funcionários, o que tem levado a situações de erro.

#### **Perspectivas**

Ir-se-á encetar contactos junto ao desenvolvedor do sistema para que seja actualizado o manual de utilizador do SIGESA, conforme a recomendação contida no relatório de auditoria ao sistema SIGESA efectuado pela Inspeção-Geral das Finanças.

### 6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública

#### **Situação actual**

Sem quaisquer evoluções. A falta de decisão política está na base da não implementação desta actividade, por existirem resistências por parte de alguns órgãos autónomos e de soberania em aderir ao sistema SIGESA para a elaboração das folhas de salário.

#### **Perspectivas**

Por se tratar de um período de transição governamental, no próximo trimestre não se espera grandes realizações. Esta actividade será reiniciada em 2023.

### 6.2.3 Extensão do sistema de pagamento às DAF's ministeriais e ao Tribunal de Contas (para efeitos de visto)

#### **Situação actual**

Sem quaisquer evoluções. Continua-se à espera que condições sejam criadas para que a DITEI possa instalar e configurar a rede para o efeito.

#### **Perspectivas**

Aguarda-se a reestruturação da DNAP, enquanto o sector chave de gestão de recursos humanos do Estado e por se tratar de um período de transição governamental, para o próximo trimestre não se espera grandes realizações. Esta actividade seria reiniciada em 2023, pelo novo governo.

## 6.3 Gestão do pessoal melhorada

### 6.3.2 Revisão do Código do Procedimento Administrativo (CPA)-Decreto-Lei n.º 25/2005

#### **Situação actual**

Sem quaisquer evoluções.

#### **Perspectivas:**

Tendo em conta que não se conseguiu qualquer avanço com a submissão do diploma á Assembleia Nacional, perspectiva-se que o diploma seja novamente introduzido com a nova legislatura.

### 6.3.7 Capacitação das estruturas

#### **Situação actual**

O Comité de Formação Contínua da IGF organizou e realizou a segunda Tertúlia dos Inspectores da IGF com os seguintes subtemas:

- Aspectos Contabilísticos e Fiscais do Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS);
- Procedimentos Administrativos na perspectiva da Lei n.º 5/97, revista pela Lei n.º 2/2018 do Estatuto da Função Pública;
- Licitação e Contratação Pública.

Os Inspectores da IGF assistiram a um Seminário online de 20 (vinte) dias durante o mês de Setembro, cujo tema foi “Recuperação pós Pandemia dos Países de Língua Portuguesa apoiando as PME’s”. Esta actividade foi realizada pela Embaixada da China.

#### **Perspectivas:**

Dar sequência à realização de tertúlias dos Inspectores.

## 6.5 Sistema de informação da administração pública funcional

### 6.5.1 Criação da BD dos funcionários

#### **Situação actual**

Sem quaisquer evoluções (por falta de condições técnicas e materiais para a funcionamento em pleno do sistema).

#### **Perspectivas:**

Aguarda-se a realização de uma assistência técnica externa, de modo a definir as necessidades e reestruturar a Administração Pública, bem como de outra assistência técnica, para elaborar os

termos de referência e contratar um consultor para apoiar a Direção Nacional da Administração Pública.

### *6.5.2 Integração com o SIGESA*

#### **Situação actual**

Sem quaisquer evoluções.

#### **Perspectivas:**

Aguarda-se a realização da assistência técnica interna de modo a definir as necessidades e efectivar a integração com o SIGESA.

## **6.6 Abrangência da auditoria interna alargada**

### *6.6.4 Qualidade das auditorias internas melhorada*

#### *6.6.4.1 Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho*

#### **Situação actual:**

Durante o período, foram concluídas quatro auditorias, que estavam em curso pela IGF, nomeadamente:

- Auditoria Financeira às Contas do Hospital Dr. Ayres de Menezes (HAM);
- Auditoria ao Processo de Gestão dos Produtos Farmacêuticos no Hospital Dr. Ayres de Menezes (HAM);
- Auditoria de Regularidade à DAF do Ministério do Trabalho, e
- Auditoria de Conformidade à Direção do Orçamento – Salários.

#### **Perspectivas:**

Espera-se concluir as 3 (três) restantes auditorias programadas pela IGF, nomeadamente: duas auditorias de Regularidade (DAF do Ministério da Saúde e DAF do Ministério da Educação), e uma auditoria Financeira à Direção da Administração Escolar (DAE).

### *6.6.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações*

#### *6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema*

##### **Situação actual**

A comissão criada para cadastrar o Sistema de Gestão de Auditorias e Recomendações, concluiu o cadastramento dos relatórios definitivos, designado de follow-up, no triénio de 2019 a 2021.

##### **Perspectivas:**

Iniciar a utilização do Sistema de Gestão de Auditorias e Recomendações pela IGF.

#### *6.6.5.6 Aquisição de Equipamentos Informáticos.*

##### **Situação actual**

Os equipamentos informáticos, financiados pelo PRO-PALOP/TL, para o reforço da capacidade de intervenção da IGF não foram entregues. A entrega deverá ocorrer no próximo trimestre, dado que o processo de aquisição se encontra na sua fase final.

##### **Perspectivas:**

Recepção dos equipamentos informáticos pela IGF no 4º trimestre.

## **6.7 Sistema de Aquisições e Património melhorado**

### *6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional*

#### *6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações/Aquisições*

#### *6.7.1.2 Elaboração dos regulamentos de suporte à Lei*

#### *6.7.1.3 Elaboração do Manual de Procedimentos e os documentos-tipo para o processo de aquisição*

#### *6.7.1.6 Actualização dos Estatutos do COSSIL*

##### **Situação actual**

A proposta de Lei das Licitações Públicas, os Documentos de Licitação revisados e ajustados, bem como o Estatuto Orgânico do COSSIL e o Manual de Procedimento estão na posse do Governo e deverão ser encaminhados à Assembleia Nacional na próxima legislatura.

**Perspectivas**

O pacote legislativo só deverá ser aprovado pela Assembleia Nacional no decurso de 2023, no quadro da próxima legislatura.

*6.7.1.4 Formação dos agentes de procurement*

**Situação actual**

Actividade não realizada, em busca de financiamento para concretização da mesma.

**Perspectivas:**

Segundo o COSSIL, perspectiva-se o financiamento do Banco Mundial para realização da actividade em causa.

*6.7.1.5 Campanha de informação sobre a nova lei*

**Situação actual**

Esta actividade não foi realizada, por falta da aprovação da lei.

**Perspectivas:**

Perspectiva-se que o BM financie esta actividade, apos a aprovação da nova lei.

*6.7.1.7 Plano Estratégico da Contratação Pública*

**Situação actual**

Actividade em andamento, importa relatar que o Termo de Referência (TDR), para contratação de consultor, já foi aprovado pelo Banco Mundial.

**Perspectivas:**

Aguarda-se que a Agência Fiduciária de Administração de Projecto (AFAP) realize os expedientes necessários para o lançamento de concurso para selecção de consultor ainda este ano.

*6.7.1.8 Estratégia da Contratação Pública electrónica (e-procurement)*

**Situação actual**

No dia 5 de Julho, realizou-se um workshop sobre Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Contratação Pública Electrónica. O objectivo foi de partilhar com os Parceiros o que o Ministério das Finanças, o COSSIL e os Comités Técnicos e de Pilotagem decidiram na Parte I da Estratégia

Nacional de e-procurement, bem como nos próximos passos com vista à finalização da referida Estratégia Nacional (Parte II). Esta parte é relativa ao Roteiro e Plano de Acção para a adopção do e-procurement em São Tomé e Príncipe e o aprofundamento do processo permanente de consulta e coordenação de esforços e recursos com os Parceiros principais do sector público e do sector privado.

### **Perspectivas**

Prevê-se, para ainda este ano, a finalização dos trabalhos desta consultoria, que culminará com a entrega da estratégia.

#### *6.7.2 Funcionamento da entidade de recursos*

##### *6.7.2.1 Nomeação dos membros da entidade administrativa de recurso*

### **Situação actual**

Esta entidade não está operacional, aguardando-se a aprovação do novo quadro jurídico das licitações para o efeito.

### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a sua operacionalização durante o ano de 2023.

#### *6.7.2.2 Elaboração do manual de procedimento para análise e decisão dos recursos*

### **Situação actual**

Ainda não foi elaborado o Manual de Procedimento.

### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a sua elaboração na próxima legislatura, após a aprovação do novo quadro jurídico das licitações e a nomeação dos membros da entidade de recurso.

#### *6.7.3 Sistema de Informação de suporte às licitações*

##### *6.7.3.1 Elaboração do TDR para o desenvolvimento do sistema de informação para a gestão das aquisições (inclui e-procurement)*

### **Situação actual**

Aguarda-se a garantia de financiamento

### **Perspectivas:**

Perspectiva que esta acção avance após a aprovação da lei, que poderá ser integrado no novo sistema integrado de informação financeira do Estado.

#### *6.7.3.2 Desenvolvimento do sistema de informação para a gestão das aquisições*

##### **Situação actual**

Existe um TDR elaborado pela COSSIL.

##### **Perspectivas:**

A procura de financiamento para o desenvolvimento de um sistema e/ou integração no sistema integrado de informação financeira do Estado.

#### *6.7.4 Desenvolvimento de um website de suporte ao COSSIL*

##### **Situação actual**

O website da COSSIL já se encontra operacional, mas não se conseguiu efectuar o lançamento oficial, dado que haverá a necessidade do consultor fazer pequenos ajustes para a sua utilização efectiva.

##### **Perspectivas:**

Espera-se que, a curto prazo, o COSSIL possa fazer o lançamento oficial do mesmo e vir a utilizar a mesma ferramenta para divulgar as suas actividades e outros assuntos relativos às aquisições.

#### *6.7.5 Sistema de Património melhorado*

##### *6.7.5.1 Elaboração dos TDR para o desenvolvimento do Sistema de informação para a Gestão do Património*

##### **Situação actual**

O TDR para o desenvolvimento do sistema de informação para a Gestão do Património ainda não foi elaborado, devido a sua especificidade técnica no desenho do sistema de Gestão Patrimonial. O que existe é apenas uma brochura de intenção das actividades que poderão ser desenvolvidas neste sistema que ronda o montante de 350.000,00 €, que foi apresentado ao BM para seu financiamento.

##### **Perspectivas:**

Dever-se-á continuar as démarches para encontrar financiamento destas actividades junto aos outros parceiros e avaliar as complementaridades com o novo sistema integrado de informação financeira do Estado, se aprovado pelo novo governo e tiver fontes de financiamento identificadas.

*6.7.5.3 Formações ministradas nas áreas de Gestão Patrimonial; Contabilidade Pública; Avaliação de Prédios Rústicos e Urbanos; Gestão documental; Técnicas de Negociações Contratuais*

**Situação actual**

Esta actividade tem sido anualmente programada, mas infelizmente não tem sido materializada devido a falta de financiamento.

**Perspectivas:**

Dever-se-á continuar as démarches para encontrar financiamento destas actividades junto aos parceiros.

*6.7.5.5 Aquisição de Equipamentos Informáticos e Mobiliários*

**Situação actual**

Para esta actividade pretende-se adquirir equipamentos informáticos e mobiliários, para organização e informatização dos arquivos da DPE, tendo-se enviado um pedido de financiamento à AFAP/BM.

**Perspectivas:**

Dever-se-á continuar as démarches para encontrar financiamento destas actividades junto aos outros parceiros.

*6.7.5.6 Campanha de Sensibilização para registo e cadastro dos beneficiários de parcelas familiares e médias empresas agrícolas*

**Situação actual**

Deu-se início com a capacidade interna a realização de algumas acções para campanha de sensibilização da actividade em causa.

**Perspectivas:**

Prevê-se ter um número significativo de detentores das parcelas de terras do Estado cadastrados e um grande número de agricultores informados e sensibilizados para os pagamentos de terras agrícolas pela sua ocupação.

Dever-se-á continuar as démarches para encontrar financiamento destas actividades junto aos parceiros.

#### *6.7.5.7 Promover o registo dos bens do Estado no Registo Notariado*

##### **Situação actual**

Esta actividade ainda está na fase inicial. Até a presente data, realizou-se alguns registos de bens imóveis à favor do Estado Santomense.

##### **Perspectivas:**

Pretende-se ter todos os bens do Estado registados no património do Estado. No entanto, para a realização desta actividade nas regiões Norte, Centro, Sul e RAP) é necessário o apoio financeiro dos parceiros.

### **6.8 Sistemas de informação funcionais**

#### *6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental*

##### **Situação actual**

Não se avançou com o pedido ao FMI de disponibilização de uma AT para apoiar no processo de tomada de decisão sobre o sistema de informação financeira do Estado SAFE-e, que consiste nas seguintes opções: (i) fazer o upgrade do SAFE-e, (ii) manter a base de dados e fazer o upgrade da camada aplicacional para um outro software, ou (iii) desenvolver um novo sistema de informação financeira integrado.

##### **Perspectivas**

Se disponibilizada pelo FMI (ou outro parceiro) a AT deverá desenhar os casos de uso do sistema de informação e, com base neles, dever-se-á efectuar a decisão sobre qual a opção ou conjunto de opções é a melhor para o País.

Dever-se-á reiniciar o processo de toma de decisão sobre o SAFE-e pelo novo governo de uma maneira prioritária, durante o ano de 2023

#### *6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas*

##### *6.8.2.3 Aquisição de equipamentos informáticos, de comunicação e de segurança*

##### **Situação Actual**

Os processos de aquisição de equipamentos de refrigeração, bancos de bateria, assim como os de vídeo-vigilância, que seriam financiados pelo BM e executados pela AFAP, não avançaram.

### **Perspectivas**

Aguarda-se a aquisição dos equipamentos por parte da AFAP/BM, durante o ano em curso.

#### *6.8.2.4 Formação do staff da DITEI*

### **Situação Actual**

Neste trimestre não se realizou nenhuma formação de capacitação em nenhuma das áreas funcionais da DITEI.

### **Perspectivas**

Espera-se a implementação do plano de formação existente para o próximo ano económico, com o apoio do Governo ou dos Parceiros externos.

#### *6.8.2.5 Aquisição de equipamento foto-voltaico para a DITEI*

### **Situação Actual**

Essa aquisição conta com o apoio do Banco Mundial e actualmente, o processo está na fase de aprimoramento para, futuramente, ser lançado o concurso público.

### **Perspectivas**

Aguarda-se a sua aquisição para o próximo ano.

#### *6.8.2.6 Aquisição de uma viatura*

### **Situação Actual**

Quanto a aquisição da viatura pick-up, já foi realizado o concurso público e seleccionado o vencedor. Actualmente a DITEI está aguardando a recepção da mesma.

### **Perspectivas**

Aguarda-se a entrega da viatura ainda este ano.

## PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
<b>Produto 1</b>	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
<b>Produto 2</b>	Utilização de normas internacionais	Atraso
<b>Produto 3</b>	Informação financeira atempada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado algumas acções integradas nas componentes seguintes:

### 7.1 Melhoria de informação e aumento da cobertura do SAFE-e

#### 7.1.1 Elaboração do Manual do SAFE-e

##### Situação actual

A realização desta actividade está dependente da actualização do Sistema do SAFE-e.

##### Perspectivas:

Aguarda-se financiamento externo para actualização do sistema em causa. O Manual poderia ser parte integral do “novo” sistema.

### *7.1.2 Definição das Entidades a ser cobertas*

#### **Situação actual**

Esta actividade não foi realizada, tendo em conta que depende da actualização do Sistema SAFE-e.

#### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a realização desta actividade para os próximos trimestres.

### *7.1.3 Definição de requisitos*

#### **Situação actual**

Esta actividade não foi realizada, tendo em conta que depende das decisões relativa à actualização ou a substituição do Sistema SAFE-e.

#### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a realização da actividade para os próximos trimestres, dependendo das decisões tomadas sobre a sua amplitude.

## **7.2 Melhoria da qualidade da informação produzida**

### *7.2.1 Normas de Contabilidade modernizadas*

#### *7.2.1.2 Quadro de transição/adaptação para as IPSAS*

#### **Situação actual**

Está em curso a elaboração dos TDR para a seleção do consultor para efectuar a elaboração de um roteiro para a preparação do plano de implementação de IPSAS, tendo o consultor sido identificado.

#### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a finalização dos TdR para que a decisão de contratação possa ter lugar no 4º trimestre de 2022, permitindo assim utilizar o financiamento do projeto Pro-PALOP/TL.

#### *7.2.1.4 Formação nas IPSAS*

#### **Situação actual**

Não foi realizada qualquer actividade.

#### **Perspectivas:**

Está programado a realização desta ação para o próximo trimestre.

### *7.2.2 Passagem para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014)*

#### *7.2.2.2 Dados da Administração Local e Fundos de Serviços Autónomos*

##### **Situação actual**

Realizou-se uma assistência técnica do AFRITAC CENTRE, entre 29 de Agosto a 9 de Setembro no âmbito de Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014).

##### **Perspectivas:**

Está programada a continuidade desta actividade para o 1º trimestre de 2023.

### *7.2.2.3 Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento*

#### *7.2.2.3.1 Definição do formato da informação*

##### **Situação actual**

Não foi realizada nenhuma actividade para a realização deste objectivo.

##### **Perspectivas:**

Uma vez definida, a nova estrutura dos relatórios financeiros infra-anuais será utilizada a partir do Relatório de Execução Orçamental de 2º trimestre de 2022, que será elaborado no 4º trimestre de 2022.

## **7.3 Produção atempada de Relatórios**

### *7.3.2 Recuperação do atraso na produção das CGE's*

##### **Situação actual**

A CGE de 2021 está sendo elaborada.

##### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a entrega da CGE 2021 para o final do presente ano 2022.

Para melhorar a rapidez e a qualidade das CGE's, prevê-se a elaboração de TdR's para a contratação de uma AT para a revisão da metodologia de preparação da CGE.

## PO.8 – Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

O Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Escrutínio e auditoria externa efectivos		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
<b>Produto 1</b>	Qualidade da auditoria externa ampliada	on-track
<b>Produto 2</b>	Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado	atraso
<b>Produto 3</b>	Escrutínio parlamentar efectivo	on-track

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada

#### 8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

##### 8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

#### Situação Actual

No quadro de reforço de capacidade dos auditores do TC, durante o trimestre estes últimos beneficiaram das seguintes formações/visitas de estudos:

1. Participação de uma delegação do TC, chefiada pelo Venerando Juiz Conselheiro, Presidente, integrando o Digníssimo Procurador-Geral da República, o Representante do Ministério Público Junto do Tribunal de Contas e o Senhor Secretário Geral Adjunto do Tribunal de Contas, no Atelier para a “validação do Projecto do Guia sobre o Julgamento de Contas das Entidades Públicas”. Este atelier foi organizado pelo Comité Regional das Finanças Públicas (CREFIAP), para melhorar os procedimentos existentes e utilizados no

- âmbito de julgamento de contas de gerência. Esta acção decorreu de 1 a 5 de agosto do ano corrente em Cabo Verde;
2. Participação em duas visitas de estudo, realizadas no período de 6 a 13 de agosto, aos Tribunais de Contas de Cabo Verde e de Portugal. A delegação de STP foi chefiada pelo Venerando Juiz Conselheiro, Presidente, integrando o Digníssimo Procurador-Geral da República, o Representante do Ministério Público Junto do Tribunal de Contas e o Senhor Secretário Geral Adjunto do Tribunal de Contas, com vista a aprimorar “*in locu*” os procedimentos destes tribunais, no âmbito de Julgamentos dos Processos de Responsabilidades Financeiras;
  3. Participação de uma Auditora de 1º nível no workshop de revisão de qualidade de auditoria para os ODS. Esta actividade organizada pela Iniciativa de Desenvolvimento Institucional nos Camarões, no mês de agosto do 2022. A funcionária integra uma equipa que vem acompanhando as matérias sobre os ODS em STP.
  4. Participação de dois auditores do TC no workshop sobre Auditorias Coordenadas e áreas protegidas, organizado pela Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa e realizado em Moçambique de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022.

**Perspectivas:**

Prevê-se dar continuidade às acções de formação deste tipo com financiamento externo e interno.

## **8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais**

### *8.2.2 Elaboração dos TDR's para o desenvolvimento do sistema de informação*

**Situação actual**

Durante o 3º trimestre de 2022, foi lançado pelo PNUD o concurso de selecção do candidato que irá desenvolver um aplicativo informático. O seu objectivo é a melhoria da tramitação processual dos processos desde a entrada até à decisão, nos termos dos procedimentos previstos na Lei nº 11/2019 - Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas de STP, de 4 de Novembro de 2019.

Relativamente ao aplicativo para a Gestão de Bens Patrimoniais e realização da contabilidade patrimonial não houve evolução na elaboração dos TDR, devido não se ter ainda a melhor solução que atenda a real necessidade. O aplicativo necessário deve integrar o módulo de contabilidade e de controlo de Assiduidade, e de gestão patrimonial. Neste sentido, a solução passa por adquirir um aplicativo que já existe no mercado, no qual congrega todos estes módulos, mas o custo é elevado, estando em causa o financiamento para o efeito.

**Perspectivas**

Durante o 4º trimestre será conhecido o vencedor do concurso que desenvolverá o aplicativo para melhorar a tramitação processual desde a entrada até a decisão, nos termos dos procedimentos

previstos na Lei nº 11/2019 - Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas de STP, de 4 de novembro, conforme mencionado acima.

Para o aplicativo para Gestão de Bens Patrimoniais e realização de Contabilidade Patrimonial, aguarda-se a disponibilização de financiamento.

### **8.3 Cobertura da auditoria aumentada**

#### *8.3.4 Parecer sobre as CGE's*

##### **Situação actual**

Sobre a CGE 2018, 2019 e 2020 enviados ao TC pelo executivo, importa destacar que o relatório provisório da Conta Geral do Estado de 2018 foi remetido em Julho de 2022 à Direção de Contabilidade Pública para o exercício do Contraditório e este sector do Ministério das Finanças remeteu a resposta ao TC em 8 de Agosto de 2022.

A partir dessa data e até finais de Setembro procedeu-se a análise, integração, correção dos elementos recebidos do contraditório, sendo que se encontra em curso a elaboração do relatório definitivo e a proposta do parecer sobre esta conta, que seguirá para correção e validação a nível jurisdicional interno, antes de ser remetido à Assembleia Nacional.

Relativamente a Conta Geral do Estado de 2019, esta foi objecto de análise. O relatório preliminar foi remetido à DCP para o exercício do contraditório, em 27 de Julho de 2022 e a DCP enviou a suas respostas a 30 de Agosto de 2022. Assim, a CGE de 2019 encontra-se em curso da análise do contraditório exercido e na elaboração do relatório definitivo, antes da emissão da proposta do parecer com vista a sua validação posterior, a nível interno.

##### **Perspectivas**

O TC espera remeter o parecer da Conta de 2018 à Assembleia Nacional antes do final do ano.

Também, espera-se finalizar (no mês de Outubro), o relatório definitivo e a proposta do parecer sobre a CGE de 2019, e remetê-la para correção (validação interna- Jurisdicional).

Espera-se iniciar, igualmente em Outubro, a análise e estudo da CGE de 2020, que deu entrada em Abril de 2022, e, que por motivo de escassez de pessoal, não foi possível fazê-lo em simultâneo com as contas de 2018 e 2019.

Prevê-se a contratação de um colaborador (externo) para reforçar a equipa de auditoria da CGE, que tem actualmente apenas duas técnicas superiores e iniciar-se-á a procura de financiamento para a contratação de uma consultoria de suporte ao TC para as auditorias das CGE's.

## 8.4 Capacidade de escrutínio da AN reforçada

### 8.4.1 Capacitação em finanças públicas, análise orçamental e despesas com enfoque no género

#### **Situação Actual**

Está em curso a pós-graduação em Gestão das Finanças Públicas para os quadros técnicos da Assembleia Nacional, ministrado pelo ISCTE, no âmbito do projecto PRO-PALOP/TL.

#### **Perspectivas:**

Prevê-se a continuidade de capacitação de outros técnicos em Gestão das Finanças Públicas.

### 8.4.2 Capacitação e implementação de métodos e instrumentos de fiscalização ex-post

#### **Situação actual**

Entre os dias 29 a 31 de Agosto do presente ano as delegações representativas dos Parlamentos Nacionais dos 6 países PALOP/TL, incluindo São Tomé e Príncipe participaram no IVº Grupo de Trabalho de Alto Nível das Comissões Parlamentares Orçamentais dos PALOP e de Timor-Leste sobre o tema “Fiscalização Legislativa Orçamental e dos fundos Soberanos nos PALOP/TL”, em Maputo-Moçambique. A Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe fez-se representar por 3 deputados e 2 técnicos, tendo a acção sido financiada pelo projecto PRO-PALOP/TL.

Foram abordadas e trocadas impressões sobre uma diversidade de assuntos, relacionados com a Fiscalização Legislativa Orçamental, nomeadamente, o seu impacto na qualidade da democracia e sistemas parlamentares, bem como o mapeamento das ferramentas efectivamente utilizadas nos PALOP e Timor-Leste, a fiscalização legislativa orçamental ex-post (*Post Legislative Scrutiny-PLS*) da teoria à prática.

Além de apresentação de diversos casos práticos, foram debatidos, em plenária, assuntos como o Escrutínio Parlamentar das Contas Públicas, utilizando a abordagem do PRO PALOP/ TL nas oficinas de análise orçamental.

Ainda neste evento, abordou-se a panorâmica internacional sobre as Instituições Orçamentais Independentes, a criação de um Gabinete Parlamentar Independente de Análise Orçamental em cada Parlamento dos PALOP e de Timor-Leste, pois seriam desafios e princípios a ter em conta para serem incluídos nos estatutos destas instituições.

No último dia da sessão temática, os assuntos abordados foram:

- Uma análise comparativa dos quadros legais, estrutura, funcionamento e boas práticas sobre os Fundos Soberanos;

- Painel de discussão com representantes do Banco Central de Moçambique e outros parceiros nacionais relevantes no processo de constituição e gestão dos Fundos Soberanos;
- Prestações de contas e Controlo Externo dos Fundos Soberanos;
- Em plenária, houve um painel de discussão das Comissões Parlamentares orçamentais PALOP/TL, representantes da Instituição Superior de Controlo e da Sociedade Civil;
- Debate em plenária entre os representantes sobre casos práticos dos Fundos Soberanos de Angola, de Timor-Leste, Moçambique e de Investimento Estratégicos do Senegal (FONSIS);
- Um resumo de boas práticas sobre a Governança dos Fundos Soberanos de Indústrias Extractivas.

### **Perspectivas**

Após a participação neste IV Grupo de Trabalho de Alto Nível das COP's, espera-se que a fiscalização da Comissão seja mais transparente para a próxima legislatura.

#### *8.4.3 Reforço da comunicação da AN*

### **Situação actual**

Deu-se continuidade à divulgação das Reuniões das Comissões Especializadas na página do Facebook da Assembleia Nacional.

### **Perspectivas**

A comunicação irá estimular o interesse dos cidadãos no acompanhamento das actividades parlamentares.

#### *8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE*

### **Situação actual**

Neste capítulo é importante informar também que a Assembleia Nacional já enviou ao Centro de Reprografia para efeitos de publicação no Diário da República a Resolução N.º 132/XI/2021 - que aprova as Contas Gerais do Estado de 2011 a 2017.

### **Perspectivas**

Perspectiva-se a aprovação da CGE de 2018, após o envio do parecer do Tribunal de Contas, durante o 1º trimestre de 2023, conforme o quadro legal que regulamenta o funcionamento do TC.

### III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T3 de 2022

A informação financeira sobre a execução orçamental do T3-2022 continua sendo um desafio. A execução do orçamento do PARFIP II no 3º trimestre de 2022 sofreu pelo facto de não se poder obter toda a informação dos parceiros de desenvolvimento (nem do Governo), algo sobre o qual se continuará a trabalhar durante o ano em curso. Com o relatório financeiro, na continuidade, pretende-se assim ter uma ideia aproximada dos valores implicados nos processos em cada acção de reformas.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação, sobre os financiamentos 2022 pelos parceiros, não permite de preencher a parte das fontes e da execução orçamental do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		3º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	?		-	0%	389,581	389,581	?	0%	28,846,728	28,846,728	?	0%
2	Uniao Europeia	?		-	0%	250,000	6,125,000	?	0%	400,000	9,800,000	?	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	?		-	0%	1,500,000	30,450,000	?	0%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD	?		-	0%			?	0%	?		?	0%
5	Pro-Palop	?		-	0%	117,000	2,375,100	?	0%	239,381	5,864,832	?	0%
6	PNUD	?		-	0%			?	0%	?		?	0%
<b>Total Recursos</b>		-	-	-	0%	Equ. Euros	39,339,681	-	0%	Equ. Euros	111,922,407	16,386,343	14.6%
							1,605,701	-			4,568,262	668,830	

**PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T3 2022**

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
<b>II</b>	<b>Usos</b>												
<b>PO B.</b>	<b>Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas</b>	<b>90,500</b>	<b>2,217,250</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>362,000</b>	<b>8,869,000</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>564,400</b>	<b>13,827,800</b>	<b>212,496</b>	<b>2%</b>
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	-	-	-	0%	-	-	-	0%	450,000	11,025,000	212,496	2%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-	-	0%	-	-	-	0%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	-	-	-	0%	-	-	-	0%	30,000	735,000	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	87,500	2,143,750	-	0%	350,000	8,575,000	-	0%	50,000	1,225,000	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	3,000	73,500	-	0%	12,000	294,000	-	0%	25,000	612,500	-	0%
<b>PO 1.</b>	<b>Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação</b>	<b>12,220</b>	<b>299,390</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>48,880</b>	<b>1,197,560</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>349,378</b>	<b>8,559,761</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	10,970	268,765	-	-100%	43,880	1,075,060	-	0%	106,378	2,606,261	-	0%
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	-	-	-	0%	-	-	-	0%	110,000	2,695,000	-	0%
1.3.	QDMP global	1,250	30,625	-	-100%	5,000	122,500	-	0%	133,000	3,258,500	-	0%
<b>PO. 2</b>	<b>Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita</b>	<b>197,350</b>	<b>4,835,075</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>789,400</b>	<b>19,340,300</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>3,122,202</b>	<b>76,493,940</b>	<b>11,717,343</b>	<b>15%</b>
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	44,350	1,086,575	-	-100%	177,400	4,346,300	-	0%	315,800	7,737,100	11,717,343	151%
2.2.	IVA	70,000	1,715,000	-	-100%	280,000	6,860,000	-	0%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	50,000	1,225,000	-	-100%	200,000	4,900,000	-	0%	420,000	10,290,000	-	0%
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-	-	0%	-	-	-	0%	150,000	3,675,000	-	0%
2.5.	Gestão de risco operacional	15,000	367,500	-	-100%	60,000	1,470,000	-	0%	270,000	6,615,000	-	0%
2.6.	Auditoria eficaz	18,000	441,000	-	-100%	72,000	1,764,000	-	0%	132,000	3,234,000	-	0%
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-	-	0%	-	-	-	0%	163,000	3,993,500	-	0%
<b>PO 3.</b>	<b>Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria</b>	<b>110,620</b>	<b>2,710,190</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>442,480</b>	<b>10,840,760</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>785,093</b>	<b>19,234,775</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	72,900	1,786,050	-	-100%	291,600	7,144,200	-	0%	590,283	14,461,930	-	0%
3.2	Tesouraria	37,720	924,140	-	-100%	150,880	3,696,560	-	0%	194,810	4,772,845	-	0%
<b>PO 4.</b>	<b>Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das</b>	<b>99,875</b>	<b>2,446,938</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>399,500</b>	<b>9,787,750</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>1,925,121</b>	<b>47,165,468</b>	<b>4,672,857</b>	<b>10%</b>
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	79,875	1,956,938	-	-100%	319,500	7,827,750	-	0%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	-	-	-	0%	-	-	-	0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	20,000	490,000	-	-100%	80,000	1,960,000	-	0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-	-	0%	-	-	-	0%	69,000	1,690,500	-	0%

**PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T3 2022**

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
<b>PO 5.</b>	<b>Optimização da gestão do Investimento Público</b>	<b>43,375</b>	<b>1,062,688</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>173,500</b>	<b>4,250,750</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>563,200</b>	<b>13,798,400</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	23,250	569,625		-100%	93,000	2,278,500		0%	121,000	2,964,500		0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		0%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos otimizada	14,125	346,063		-100%	56,500	1,384,250		0%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		0%	10,000	245,000		0%
<b>PO 6.</b>	<b>Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)</b>	<b>90,335</b>	<b>2,213,208</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>361,340</b>	<b>8,852,830</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>1,452,103</b>	<b>35,576,534</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	-	-		0%	-	-		0%	40,000	980,000		0%
6.3.	Gestão do pessoal melhorada	-	-		0%	-	-		0%	-	-		0%
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	-	-		0%	-	-		0%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	16,148	395,614		-100%	64,590	1,582,455		0%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	34,188	837,594		-100%	136,750	3,350,375		0%	510,513	12,507,579		0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	40,000	980,000		-100%	160,000	3,920,000		0%	585,000	14,332,500		0%
<b>PO 7.</b>	<b>Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)</b>	<b>35,263</b>	<b>863,931</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>141,050</b>	<b>3,455,725</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>149,810</b>	<b>3,670,345</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
7.1.	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	8,888	217,744		-100%	35,550	870,975		0%	35,550	870,975		0%
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14,500	355,250		-100%	58,000	1,421,000		0%	51,760	1,268,120		0%
7.3.	Produção atempada de relatórios	11,875	290,938		-100%	47,500	1,163,750		0%	62,500	1,531,250		0%
<b>PO 8.</b>	<b>Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa</b>	<b>37,084</b>	<b>908,546</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>	<b>148,334</b>	<b>3,634,183</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>937,870</b>	<b>22,977,815</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	12,834	314,421		-100%	51,334	1,257,683		0%	334,918	8,205,491		0%
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	3,000	73,500		-100%	12,000	294,000		0%	235,956	5,780,922		0%
8.3.	Cobertura da auditoria aumentada	7,500	183,750		-100%	30,000	735,000		0%	-	-		0%
8.4.	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	10,000	245,000		-100%	40,000	980,000		0%	144,246	3,534,027		0%
8.5.	Escrutínio das OSC's funcional	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	222,750	5,457,375		0%
<b>Total Aplicado no PARFIP II</b>		<b>716,621</b>	<b>17,557,215</b>		<b>-100%</b>	<b>2,866,484</b>	<b>70,228,858</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>241,304,838</b>	<b>16,602,696</b>	<b>7%</b>	
										(aprox.)	9,849,177	Euros	

Nota bene: O valor total das reformas em Dobras é estimativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

## IV. Próximos passos

Os próximos passos para a melhoria da GFP são os seguintes:

1. Dar continuidade ao processo de:
  - (i) actualização da lei SAFE;
  - (ii) tomada de decisão sobre a actualização ou a substituição do SAFE-e;
2. Realizar a auto-avaliação a médio-prazo da ERGFP com base na metodologia PEFA (janeiro de 2023);
3. Realizar a avaliação do quadro complementar do PEFA Género (fevereiro/março 2023);
4. Iniciar a integração dos marcadores do género nas Finanças Públicas e no OGE 2023;
5. Iniciar o processo de elaboração de um roteiro para a definição de um plano de introdução das IPSAS;
6. Acompanhar de maneira activa o processo da adenda e prolongação do prazo do contrato da AT ao GARFIP pela Delegação da União Europeia e a actualização do Plano de Trabalho até o fim do ano 2023.

### **Principais Recomendações**

Para uma melhoria efectiva da qualidade da GFP no País, o GARFIP recomenda os seguintes:

1. Continuar a execução dos “Ganhos Rápidos” permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as outras Direcções do Governo e Instituições relacionadas com a GFP;
2. Criar, no quadro das responsabilidades da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
3. Continuar, no quadro das responsabilidades da DT, o processo de melhoria da governança das EP's e de elaboração de relatórios anuais sobre o sector empresarial do Estado;
4. Utilizar a Instância de Diálogo como um instrumento estratégico para a:
  - a. harmonização dos financiamentos dos parceiros externos e a sua concentração para a obtenção de resultados que melhorarem directamente os indicadores PEFA;

- b. captação da informação financeira sobre a utilização dos fundos por actividade-trimestre e ano, para a elaboração efectiva dos demonstrativos financeiros das reformas GFP nos RTR's e RAR's;
  - c. identificação atempada dos financiamentos previstos para os anos orçamentais N+1-2-3, visando a melhoria da informação das propostas orçamentais do OGE e para a elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos do PARFIP II;
5. Fortalecer a equipa da assessoria jurídica do MPFEA para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_